

O triunfo do *Hammerklavier* radicou, segundo Weber, na crescente necessidade de editores musicais e empresários de concertos e no acentuado consumo musical, de acordo com uma lógica de mercado. A produção do instrumento proliferou primeiro em Inglaterra (com a marca *Broadwood* na segunda metade do século XVIII) e estendeu-se depois à América, sendo que no início do século XIX o piano era um objecto de comércio regular. Para o aperfeiçoamento técnico do instrumento contribuíram vários factores, como a muito forte concorrência entre fabricantes e a criação de exposições e salas de concerto específicas na proximidade das fábricas de instrumentos.

No estudo de Weber sobre a música moderna ocidental assume especial importância a ideia de que a racionalização na arte incide nos meios artísticos: materiais sonoros, instrumentos, formas de composição. O modo como se desenvolvem os meios musicais tem múltiplos efeitos: a invenção da notação, por exemplo, foi a condição da objectivação da obra e da atribuição de um maior relevo aos criadores — é pela partitura e por um suporte impresso que é possível preservar e transmitir a obra, bem como pode ser melhor aferido um desempenho; as mutações nos meios técnicos concorrem para a afirmação e especialização de perfis artísticos; os factores culturais influem no favorecimento (ou não) da cultura musical; as lógicas de mercado e os factores económicos condicionam a configuração e circulação dos instrumentos. Desenha-se, assim, uma história social da música e da arte que relaciona meios técnicos, agentes, mercado. E é pelo acento na importância dos meios técnicos para o desenvolvimento da arte que a visão weberiana vem demonstrar a relação muito directa que existe entre o sentido da expressão artística e as condições da sua produção.

Teresa Duarte Martinho  
Observatório das Actividades Culturais (OAC)

*Inger Furseth e Pål Repstad, An Introduction to the Sociology of Religion: Classical and Contemporary Perspective*, Aldershot, Ashgate, 2006, 241 páginas.

Inger Furseth e Pål Repstad, no seu livro *An Introduction to the Sociology of Religion*, afastando-se de um padrão generalista, revelam o mérito de produzir uma obra simultaneamente acessível e conceptualmente sólida. De facto, este livro tem a virtualidade de atingir um público transversal, destinando-se tanto a estudantes universitários que iniciam as suas pes-

quisas no campo religioso como a investigadores com formação avançada e não necessariamente sociológica.

Longe de ser um trabalho de síntese sobre o estudo sociológico das religiões, os autores procedem a um exercício reflexivo e crítico relativamente a autores e teorias, apresentando ainda uma estrutura inovadora na apresentação do manual, rompendo com os formatos mais comuns de livros da sociologia das religiões com este carácter. Desde logo, na breve introdução acerca do que é a sociologia, onde fica evidente a sua preocupação em destacar os grandes debates internos dentro desta área do conhecimento — as teorias orientadas para o actor e as orientadas para a estrutura, bem como as perspectivas que valorizam seja o conflito, seja o consenso —, assumindo-os como eixo condutor na obra, sublinhando que esses debates perpassam a sociologia das religiões e, por essa razão, revisitando-os à medida que apresentam e reflectem sobre autores e teorias.

Num segundo momento, Furseth e Repstad situam a sociologia das religiões na sociologia, tendo reconhecido previamente (no prefácio) que, se há algum propósito implícito na obra, esse é o de contribuir para que a sociologia das religiões não se torne um campo isolado dentro da sociologia geral.

Ao apresentarem as várias perspectivas sociológicas sobre a religião, os autores referem outras disciplinas que estudam a religião, enunciando fronteiras e afinidades: a antropologia, a história das religiões, a teologia, a história da Igreja e os estudos religiosos em geral. Convém esclarecer que a importância atribuída a estas últimas disciplinas resulta do facto de os autores definirem claramente que o contexto social do seu livro é o cristianismo. Enquanto aspecto distintivo dos campos disciplinares, Furseth e Repstad procedem a uma explicitação da normatividade sociológica e de como esta se aplica, de modo particular, à sociologia das religiões. O último capítulo, “Sociologia, teologia e fé religiosa”, ilustra bem isso: ao estabelecerem a relação entre os diferentes campos, explicam como os aspectos normativos do pensamento sociológico constituem simultaneamente virtualidades e limitações.

Ainda no que respeita à interdisciplinaridade, e apesar de os autores sublinharem a demarcação relativamente a qualquer tipo de abordagem essencialista, questionamo-nos se, permanecendo fiel ao construtivismo, não seria pertinente reflectir sobre os desafios que os desenvolvimentos mais recentes na área das ciências biológicas lançam às ciências sociais e, de modo muito particular, à sociologia das religiões. Estudos sobre o bem-estar e a felicidade, por exemplo, são temas que muito especificamente solicitam contributos à sociologia das religiões, tal como à psicologia, à economia e à antropologia.

No capítulo 2, “A religião como fenómeno”, os autores, além de estabelecerem uma distinção entre as definições substantivas e funcionais, expõem

os problemas que se colocam neste campo. Embora a sociologia das religiões seja cada vez menos ambiciosa na sua busca de uma definição universal de religião — principalmente no plano substantivo —, dado que é cada vez mais difícil encontrar um conjunto de conteúdos comuns a todas as religiões, esta tarefa não deixa de ser indispensável. Pela nossa parte, recordamos que o número crescente de sociólogos originários de sociedades de tradição não cristã poderá ser entendido como um recurso fundamental para o enriquecimento dos instrumentos conceptuais existentes.

Ao contrário da estratégia tradicional de se percorrer as perspectivas de cada autor sobre a religião, Furseth e Repstad preocupam-se em apresentar o lugar da religião no trabalho global de cada autor. Isso acontece no capítulo dedicado aos autores clássicos — figuram aqui Marx, Durkheim, Weber, Simmel, Freud, Mead e Parsons —, mas é particularmente evidente no capítulo seguinte, cujo título é “A religião na sociologia contemporânea e na análise cultural”. Esta opção, que retoma a questão do actor e da estrutura, abre ainda canais de comunicação com outros campos dentro da sociologia, sensibilizando o leitor para o modo como autores centrais da teoria sociológica contemporânea abordam a religião. Desta forma, Luhmann, Goffmann, Bourdieu, Giddens e mesmo Berger e Luckmann figuram neste capítulo, menos pela sua especificidade dentro da sociologia das religiões e mais pelo seu contributo para a teoria social. Os autores justificam ainda a inclusão, neste mesmo capítulo, da análise cultural com o argumento de que teóricos fundamentais, como “Habermas, Bauman e Foucault, deram contributos significativos para a filosofia, a ética e a crítica cultural” (p. 49). Em suma, enfatizam o que esses autores disseram acerca da religião e como as suas perspectivas podem ser adoptadas no estudo da mesma.

Ainda no plano de organização dos conteúdos, o modo como os autores situam a secularização escapa aos procedimentos tradicionais. Ao invés de dedicarem um capítulo (ou mais) à secularização, considerando-a um processo autónomo e monopólio da sociologia das religiões, concebem-na como uma das grandes narrativas, a par da modernidade, pós-modernidade e globalização. Essa abordagem abre caminho para a apresentação, no capítulo seguinte, de um dos temas mais importantes da sociologia das religiões na actualidade, que é o da religião na esfera pública, discutindo aí religião oficial e Estado, religião civil, nacionalismo religioso, religião pública e poder político.

É igualmente relevante o modo como outras questões nucleares da realidade religiosa de hoje são criteriosamente autonomizadas em capítulos. Referimo-nos à “religiosidade individual”, a “organizações e movimentos religiosos”, à “religião, unidade social e conflito”, à “raça, etnicidade e religião” e à “religião e género”. Neste quadro, julgamos que também teria feito sentido incluir um capítulo dedicado à relação entre a religião e a natureza

ou o ambiente, uma vez que se trata de um tema discutido no âmbito dos novos movimentos sociais (incluindo os religiosos) e de um novo puritanismo secularizado.

Admitindo que a sociologia das religiões foi frequentemente remetida para as margens de desenvolvimentos sociológicos importantes, Furseth e Repstad procuram ressitua-la através de uma reflexão maturada acerca do seu futuro. O livro traz, assim, o debate da sociologia contemporânea para o campo religioso e a religião para o debate sociológico contemporâneo.

Helena Vilaça  
Investigadora do Instituto de Sociologia  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

*Doris A. Graber* (ed. ), **Media Power in Politics**, 5.<sup>a</sup> ed., Washington, CQ Press, 2007, 432 páginas.

A relação dos *media* com o poder político e os seus eventuais efeitos sobre os receptores converteu-se num tema de debate desde o aparecimento dos *media* de massas, na segunda metade do século XIX, e de análise académica desde as primeiras décadas do século XX. Os Estados Unidos, onde a liberdade de imprensa é um pilar do sistema constitucional e os *media* tiveram desde o início um papel importante no espaço público, têm um invejável cânone de investigação nesta área. Esta investigação é realizada a partir de diversas disciplinas, como a sociologia, a ciência política, os estudos de comunicação e os de jornalismo. Este livro é um manual, género que muita falta faz no mundo académico português. Enquanto no nosso país as selectas com o estado da arte costumam ser apenas compilações de comunicações em congressos ou conferências, os livros de leitura no mundo editorial anglo-saxónico resultam preferencialmente da escolha, por especialistas, de artigos ou capítulos no sentido de tentar cobrir exaustivamente o tema seleccionado.

Assim acontece com a presente obra, que reúne 36 textos de origens e abordagens muito diversas. A vivacidade deste género de manuais comprova-se com o êxito obtido por este, que vai na sua 5.<sup>a</sup> edição em apenas sete anos, sendo reformulado a cada nova edição. Neste caso, metade dos textos é nova no *reader*. O título, que pode traduzir-se por “poder mediático na política”, não abrange todas as perspectivas exploradas no seu interior porque, invertendo os elementos do nome, não faltam nele textos sobre o poder